

Crêterios para Avalia o de Políticas de Desenvolvimento em Programas de Governo

João Paulo de Almeida Magalh es¹

A economia brasileira completou duas décadas e meia de semi-estagna o, enquanto países de porte médio do Leste da Ásia e na o es de dimensão continental, como China,  ndia e Rússia registravam taxas aceleradas de crescimento. Tal situa o   absolutamente inaceitável, sobretudo considerando-se que o Brasil apresenta condi o es iguais ou superiores a desses países, no que se refere   capacidade de desenvolvimento. E, inclusive, registrou nas três décadas posteriores   Segunda Guerra Mundial, resultados não inferiores aos deles.

As elei o es presidenciais de 2006 oferecem excelente oportunidade para se exigir dos candidatos propostas objetivas e eficazes destinadas a modificar tal estado de coisas. No presente texto, o Centro de Estudos para o Desenvolvimento oferece uma lista de pontos que não podem deixar de ser considerados em um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil. Sobre eles, portanto, os candidatos   Presidência não podem deixar de se pronunciar. O que permitirá avalia o objetiva das suas propostas para recolocar o país na trilha do crescimento acelerado.

Todos esses pontos dizem respeito   defini o de estratégia econômica de longo prazo. O extenso período de semi-estagna o da economia brasileira deixou, sem d vida, o país com graves problemas de curto prazo, tanto econômicos (deteriora o da infraestrutura, d vida pública excessivamente elevada, oferta insuficiente de postos de trabalho, desequilíbrio no setor previdenciário etc.) quanto sociais (congelamento das aposentadorias, salário mínimo insuficiente, caos nos setores de saúde e educa o etc.). Tais problemas resultam, todavia, fundamentalmente, do lento

¹ Prof. Doutor em Economia pela Universidade de Paris I, Prof. Titular da UFRJ e UERJ, livre docente de Economia Política da USP. Presidente do CORECON - RJ

crescimento do PIB nos últimos vinte e cinco anos e só serão adequadamente resolvidos quando este voltar a se elevar em ritmo acelerado. E isso só acontecerá no contexto de nova estratégia ou modelo de desenvolvimento.

Esse é aspecto importante que deve ser devidamente justificado. No que se refere à implementação de política econômica deve-se distinguir entre estratégias ou modelos econômicos, e Planos de Governo. A estratégia propõe objetivos de longo prazo e os meios e modos de alcançá-los. Os Planos de Governo detalham as medidas pelas quais, durante a duração do seu mandato, o administrador público pretende colaborar para que sejam atingidos os objetivos estratégicos.

Em épocas normais, ou seja, em que a estratégia ou modelo de desenvolvimento em curso esteja apresentando bons resultados, não é necessário que candidatos à Presidência da República especifiquem a estratégia a ser implementada. Basta que apresentem Planos de Governo que terão implícita a estratégia bem sucedida em curso.

Em períodos de semi-estagnação econômica, como o que já se prolonga no Brasil por vinte e cinco anos é, contrariamente, indispensável que os proponentes de Planos de Governo especifiquem a nova estratégia que pretendem adotar. Não fazê-lo significa aceitar o comprovadamente errado modelo vigente e, portanto, condenar a inevitável fracasso o Plano de Governo.

Dos candidatos a Presidências da República em 2006 deve-se, portanto, antes de aceitar ou discutir qualquer Plano de Governo, exigir a explicitação da estratégia, necessariamente nova no caso presente do Brasil, que pretendem implementar.

O objetivo do presente documento, ao apresentar os pontos mínimos sobre os quais o novo modelo ou estratégia de desenvolvimento não pode deixar de ter posição, é colaborar para que o eleitor brasileiro decida, corretamente, sobre o candidato à Presidência mais capacitado para recolocar o país na trilha do desenvolvimento.

MODELOS ECONÔMICOS: DIAGNÓSTICO

Preliminar necessária a ser exigida dos candidatos é sua interpretação das causas determinantes da longa semi-estagnação

da economia brasileira, iniciada no fim dos anos oitenta do século passado. Semi-estagnação que sucedeu a longo período de acelerado crescimento e no exato momento em que países de condições econômicas bem menos favoráveis, se lançavam em bem sucedidos programas de eliminação do seu atraso econômico.

A apresentação prévia de diagnóstico sobre a anômala situação brasileira é fundamental, porque dele resultarão as linhas básicas da estratégia de desenvolvimento a ser proposta. Em função desse diagnóstico se poderá, outrossim, avaliar a capacidade dos candidatos e sua equipe para conduzir políticas econômicas suscetíveis de evitar uma terceira " década perdida" para o país.

MODELOS ECONÔMICOS : CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

As políticas econômicas se definem pelos modelos (ou estratégias) que os orientam. Conforme deflui da própria nomenclatura utilizada para caracterizar esses modelos, seu aspecto central é o mercado nos quais se baseiam. Assim tivemos, no passado, modelo primário-exportador, apoiado no mercado externo de produtos agrícolas, modelo de substituição de importações, voltado para o mercado interno de produtos manufaturados e, hoje, se tenta o modelo de integração competitiva no mercado mundial, cujo sucesso depende também do mercado externo.

Na prática, nenhum modelo ou estratégia de crescimento, depende exclusivamente do mercado interno ou externo. O que acontece é o país basear seu dinamismo, preponderantemente, em um ou outro. Pelo que, são habitualmente denominados modelos de crescimento "para dentro" ou "para fora". Assim sendo, a definição de nova política de desenvolvimento vai depender do tipo de mercado para o qual será preferencialmente orientada.

O crescimento para dentro registrou excepcional sucesso no caso do modelo de substituição de importações, que se prolongou de 1930 a 1980, com elevadas taxas de incremento do PIB. Ao se esgotar o estoque de importações substituíveis, os defensores dessa estratégia (a contribuição principal foi de Celso Furtado) sustentaram que ela

poderia ser mantida através de medidas destinadas a promover ampla redistribuição de renda no país. Como o Brasil registrava índices extremamente elevados de concentração de renda, e o consumo das classes abastadas registrava elevado conteúdo de importações, medidas redistributivas transfeririam para o fornecedor interno demanda anteriormente atendida pelas importações. O crescimento do mercado interno resultante seria suficiente para relançar o país na trilha do crescimento acelerado. Mais recentemente, a proposta foi retomada por diversos analistas, entre os quais os reunidos no Instituto da Cidadania do PT. A proposta deste último era criar no país uma "sociedade de consumo de massas", como forma de ampliar, significativamente, o mercado interno.

A estratégia de crescimento para fora pode ser separada em duas vertentes. Na primeira o Brasil, com base em suas vantagens comparativas naturais, se especializaria na exportação de "commodities" agrícolas (como café e soja) e industriais (como aço, papel e celulose e derivados do petróleo). Os críticos dessa opção alegam que tais setores, além de baixo valor adicionado por trabalhador, registram lento crescimento e elevada competitividade no mercado internacional. Contra isso, se argumenta ser possível contornar o problema se, em vez de vender "commodities" em estado bruto, se evoluir para sua exportação em grau crescente de elaboração. Nessa estratégia, baseada nas vantagens comparativas naturais do país, o papel do Estado é pouco relevante.

Numa segunda versão da estratégia de crescimento para fora, se afirma que ela só será bem sucedida se baseada em produtos de tecnologia refinada (automóveis, aviões, "software" etc.), que registram elevado valor adicionado por trabalhador e mercado em rápido crescimento. Na montagem desse modelo, o Estado deverá ter importante papel em termos de investimentos criadores de competitividade (pesquisa e desenvolvimento, treinamento de mão-de-obra de elevada qualificação, montagem de infra-estrutura especializada etc.). Ponto freqüentemente apontado com respeito a essa estratégia, refere-se ao papel dominante a ser concedido à empresa de capital nacional que, contrariamente às filiais de empresas estrangeiras, não têm restrição a concorrer no mercado dos atuais países desenvolvidos.

Juntamente com a definição da estratégia de sua preferência, os candidatos deverão indicar os meios e modos de implementá-las.

MODELOS ECONÔMICOS: INSERÇÃO NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

Qualquer política de desenvolvimento no mundo atual deve ter em conta o processo de globalização. Conforme seja este interpretado, rumos diferentes dessa política se tornarão recomendáveis. Presentemente duas interpretações da globalização, bastante diferentes, disputam a preferência.

De acordo com a primeira, a globalização constitui algo inteiramente novo, representando importante ruptura no processo histórico. Uma de suas características básicas seria o esvaziamento das soberanias nacionais. Os Estados perdem, cada vez mais, a capacidade de agir sobre a economia. O comando desta se transfere, rápida e incoercivelmente, para as empresas transnacionais e para o setor financeiro mundial. A globalização é considerada não somente inevitável, como altamente favorável aos países em desenvolvimento.

Outra versão sustenta que a globalização nada tem de novo. Começou com as Grandes Navegações, dos séculos XIV e XV. Ela não determinou, a par disso, qualquer esvaziamento dos estados nacionais. Estatísticas são oferecidas mostrando que, pelo contrário, o peso destes na economia vem se elevando constantemente, não ocorrendo, conseqüentemente, qualquer perda em sua capacidade de comandá-la. Quanto ao rápido aumento do peso do setor financeiro internacional, assinalam ter ele resultado da desregulamentação promovida pelos bancos centrais que podem, a qualquer momento, rever essa decisão. Lembrem, nesse sentido, que, nos anos trinta, Roosevelt, através do New Deal e iniciativas como a Tennessee Valley Authority, deu volta atrás do neoliberalismo da época, sem que se defrontasse com qualquer resistência significativa. Os partidários dessa interpretação, consideram que a globalização pode ter impacto negativo sobre as economias emergentes.

Qualquer candidato à Presidência da República, ao se propor aceitar a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico do país, não poderá deixar de assumir posição nesse debate.

Não menos importante é a avaliação de entidades internacionais, como o FMI e a OMC, dado seu relevante papel no processo globalizador. Elas foram criadas para regular e facilitar as relações econômicas internacionais. Apesar disso, o FMI tem sido acusado de condicionar seu apoio à adoção, pelos beneficiados, de políticas econômicas incompatíveis com o desenvolvimento. O próprio fato de a atual administração do país estar se vangloriando de ter antecipado pagamento da dívida com o Fundo, implica no reconhecimento indireto de ser negativa qualquer dependência da instituição. É esta posição correta? Qual deve ser o relacionamento do país com o FMI, no âmbito de nova política de desenvolvimento?

No caso da OMC, os governos do Brasil e da Índia lideraram união dos subdesenvolvidos na cobrança de comportamento adequado dos países ricos. Considera essa uma atitude correta? A principal reivindicação dos países subdesenvolvidos é a abertura da União Européia e Estados Unidos às exportações agrícolas das economias mais atrasadas. Julga essa reivindicação correta? Se for atendida de que forma afetará a estratégia de desenvolvimento dos beneficiados? Certa corrente de opinião afirma que se está cometendo grave erro ao se tentar obter a abertura para produtos agrícolas, em troca de concessões tarifárias no setor manufatureiro e de serviços.

Com respeito à globalização, esses são alguns dos aspectos sobre os quais os candidatos à Presidência devem tomar posição, a fim de comprovar sua opção pela retomada do crescimento acelerado da economia brasileira.

MODELOS ECONÔMICOS: O PAPEL DO ESTADO

Com respeito à ação do Estado em políticas de desenvolvimento, existem duas posições claramente definidas. De acordo com a primeira, essa ação deve ser apenas de garantir os equilíbrios fundamentais (cambial, fiscal e monetário) dado que,

feito isso, o crescimento se seguirá automaticamente. Na sua colocação mais completa, tal como expressa no Consenso de Washington, ela inclui as exigências de desestatização, desregulamentação e irrestrita abertura a mercadorias e capitais estrangeiros.

Essa concepção viu-se recentemente desprestigiada pelos maus resultados, em termos de incremento do PIB, que sua aceitação proporcionou à América Latina. Seus defensores alegam, porém, se dever isso a causas institucionais. Ou seja, as instituições da região não se achavam ajustadas às necessidades da economia moderna. A proposta é, assim, de manter a mesma regra de abstenção do Estado com, ajustamento das instituições econômicas aos requisitos do desenvolvimento. É o chamado Consenso de Washington Ampliado.

Os defensores da segunda posição alegam que, se existe subdesenvolvimento é porque os mecanismos do mercado não funcionaram adequadamente. A ação corretora do Poder Público torna-se, desse modo, indispensável. Esta pode tomar a forma do completo controle do aparelho produtivo pelo Estado, como nos regimes socialistas, ou (posição hoje claramente dominante) do comando da economia pela iniciativa privada, estimulada e orientada pelo Governo. Este pode agir, tanto através da criação de empresas oficiais em setores críticos, como obtendo comportamento adequado das empresas particulares, através da imposição de regras ou dos mecanismos do mercado. A preferência dos candidatos com respeito a essas modalidades de ação do Poder Público deve ser claramente definida.

Outro ponto importante refere-se à recente desestatização da economia brasileira. Foi ela precipitada? Conduzida erradamente? Foram concedidas vantagens excessivas aos compradores de empresas do Governo em termos de empréstimos, aceitação de "moeda podre", garantia de tarifas para serviços públicos etc.? Pode-se ou deve-se, em casos específicos, considerar a reversão do processo?

A posição do candidato sobre ao papel do Estado na economia influirá nas suas opções com respeito aos aspectos a seguir examinados.

MODELOS ECONÔMICOS E EQUILÍBRIOS FUNDAMENTAIS

Em países desenvolvidos, que não têm atraso econômico a eliminar, a garantia dos equilíbrios fundamentais (cambial, fiscal e monetário) constitui objetivo básico. Nos países em desenvolvimento, onde o PIB deve crescer aceleradamente para eliminar o atraso econômico, esses desequilíbrios têm maior probabilidade de ocorrer e serem graves. Os responsáveis pelas políticas de desenvolvimento se acham, assim, diante da opção de priorizar os equilíbrios fundamentais, esperando, com isso, criar condições favoráveis ao crescimento acelerado, ou aceitá-los como inevitáveis, procurando apenas manter a situação sob controle.

Os partidários da primeira posição sustentam que os desequilíbrios cambial, fiscal e monetário são impeditivos do desenvolvimento, enquanto os defensores da segunda, afirmam serem esses desequilíbrios acompanhamento inevitável do rápido crescimento econômico. Medidas radicais para impedi-los podem significar renúncia à política de desenvolvimento. O objetivo deve ser apenas manter tais desequilíbrios sob controle, para que não prejudiquem o rápido crescimento econômico.

O caso da inflação brasileira ilustra bem a diferença de posições. A política econômica nacional, nos anos recentes, teve como condicionante básica o respeito às metas de inflação, requisito supostamente indispensável à retomada do desenvolvimento. Seus críticos teriam preferido a adoção de metas de desenvolvimento complementadas por medidas destinadas a evitar que a inflação escapasse ao controle.

A tese básica dos defensores da atual política econômica é de que qualquer inflação tende a escapar inevitavelmente de controle, desembocando na explosão de preços. Ela foi, inclusive, comparada a uma gravidez, que terminaria sempre no parto hiperinflacionário. Os críticos dessa posição lembram que, na opinião generalizada dos especialistas em Economia do Desenvolvimento, inflação moderada tem se revelado favorável ao desenvolvimento. Assinalam, outrossim, que nos 25 anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, o Brasil registrou inflação anual média em torno de 20%, sem que ela jamais houvesse escapado de controle ou

impedido as aceleradas taxas de crescimento do período. Durante os anos setenta do século passado, marcados pelos choques do petróleo, países como a Coréia do Sul registraram inflação média de 20% ao ano, caindo essa percentagem na década seguinte para 5%, sem que ocorresse qualquer episódio hiper-inflacionário.

Ou seja, nos debates do período eleitoral sobre nova política de desenvolvimento para o Brasil o tema da relação entre equilíbrios fundamentais e crescimento econômico não pode ser esquecido.

MODELOS ECONÔMICOS: POLÍTICAS ESPECÍFICAS

A definição de políticas de desenvolvimento exige tomadas de posição sobre a necessidade ou aceitabilidade de determinadas políticas econômicas. Nas linhas que seguem consideraremos as seguintes: protecionismo, integrações econômicas regionais, política industrial e papel do capital estrangeiro em geral e na modalidade de empresas multinacionais. A título complementar se tratará rapidamente da relação entre educação e desenvolvimento.

Protecionismo

O protecionismo foi instrumento largamente usado no século XIX pelos países da segunda onda de industrialização (Alemanha, Japão e Estados Unidos). Ainda hoje ele continua a ser utilizado por esses países, sob diversos disfarces, e apesar de defenderem formalmente ampla e irrestrita abertura do comércio internacional.

No caso das economias emergentes, atravessando estágios iniciais do processo de crescimento, não deveria haver objeção a que, por sua vez, utilizassem esse instrumento. Semelhante tese não é diretamente contestada. Alega-se apenas que o protecionismo constitui um *second best* relativamente à eliminação do "custo-país" (custo - Brasil em nosso caso). Afirmam, a par disso, os adversários do protecionismo nada mais ser ele do que forma de proteger atividades de altos custos, com graves prejuízos para o consumidor nacional. Muito particularmente condenam o modelo de substituição de importações, que teria sido a tentativa de levar o país a auto-suficiência, com a viabilização em larga escala de atividades ineficientes.

Os defensores do protecionismo sustentam, em sentido oposto, que o "custo-país" decorre do próprio subdesenvolvimento e só desaparecerá com ele. Abster-se do protecionismo significa renunciar ao desenvolvimento e, portanto, perpetuar o "custo país". Quanto aos elevados custos de atividades protegidas, distinguem entre custos reais e custos de oportunidade. Assim, no caso da fase inicial da industrialização brasileira, levada adiante com base no modelo de substituição de importações, os custos de oportunidade do setor eram extremamente baixos, dado não ter havido qualquer perda para o setor agrícola base, na época, da economia nacional. Seria falsa, por outro lado, a alegação de que se procurava a auto-suficiência. Medidas como a proibição de importar bens já produzidos no país, destinavam-se, simplesmente, a contornar a grave escassez de divisas registrada na época.

Conforme se opte por uma ou outra das duas visões acima, diferentes modelos de desenvolvimento se tornarão recomendáveis

Integrações Regionais

As integrações regionais, como a União Européia e o MERCOSUL, passaram a desempenhar importante papel no atual processo de globalização. Torna-se, assim, indispensável que os candidatos à Presidência da República tomem posição sobre elas. Relevantes para o Brasil são o MERCOSUL e as propostas da ALCA e ALCSA.

O MERCOSUL já alcançou alguns resultados significativos, mas apresenta problemas que podem assumir real gravidade, se não solucionados adequadamente. Em consequência da abertura de sua economia, levada adiante nos anos setenta da década passada, a Argentina sacrificou os setores de sua indústria de maior refinamento tecnológico e valor adicionado por trabalhador. O país tenta presentemente corrigir esse erro, o que implica em defender empresas locais contra a concorrência brasileira. Os setores prejudicados alegam, não sem certa razão, que isso vai contra a letra e o espírito do Tratado de Assunção. É esse aspecto delicado sobre o qual, o futuro responsável pela economia brasileira não poderá deixar de se posicionar.

Os defensores da ALCA alegam proporcionar ela amplo e irrestrito acesso ao mercado americano, o maior do mundo. Vantagem a que não tem sentido renunciar. Os opositores do acordo objetam que as integrações econômicas só são vantajosas para todos participantes quando eles apresentam níveis relativamente próximos de desenvolvimento. O que não é o caso na ALCA. Segundo eles, no âmbito da ALCA, o Brasil estará condenado a se especializar na produção de commodities agrícolas e industriais, setor de baixo valor adicionado por trabalhador e mercado em lento crescimento. Com isso estaríamos, na melhor das hipóteses, condenados à situação permanente de semi-desenvolvimento. Qual dessas posições deve ser considerada verdadeira?

Contra a ALCSA, que integraria economicamente todos países da América do Sul, não deveria haver problemas, dado que os participantes são igualmente subdesenvolvidos. Na verdade, porém, posto que de dimensões bastante inferiores ao da ALCA, o problema ainda existe. De fato, a experiência da ALALC, tentativa de integração da América Latina nos anos sessenta do século passado, mostrou que os países de menor porte da região ainda temem a concorrência da indústria brasileira, mais avançada. Diante disso, para que a ALCSA tenha sucesso é indispensável que o Brasil seja capaz de garantir aos demais participantes do acordo, distribuição equânime das atividades mais dinâmicas e de maior valor adicionado por trabalhador.

Quando o mesmo tipo de problema ocorreu na União Européia, as nações mais ricas adotaram medidas amplas de apoio financeiro às mais atrasadas. A indagação é se o Brasil tem capacidade de fazer o mesmo. De qualquer forma, em políticas de desenvolvimento que incorporem a ALCSA é indispensável que esse ponto seja previamente esclarecido.

Políticas Industriais

Nos processos de eliminação do atraso econômico de países subdesenvolvidos as políticas industriais têm papel relevante. Por isso mesmo faz-se necessário que os candidatos explicitem suas posições com respeito aos aspectos abaixo.

Defendem alguns o ponto de vista de que, registrando o Brasil atividade produtiva na totalidade prática dos setores manufatureiros, ele deve ser considerado país industrializado. Diante disso, o esforço prioritário da política de desenvolvimento deve ser orientado para outros ramos como de infra-estrutura, serviços, educação etc. Alegam outros que, país industrializado é o que registra produção manufatureira por habitante igual à das atuais economias maduras. O que está longe de ser o caso do Brasil. Qual dessas posições é a correta?

Com respeito à política industrial existem três posições. A primeira, considera ser ela desnecessária. Garantido o equilíbrio macroeconômico, o setor fabril crescerá normalmente pela simples ação dos mecanismos do mercado. Uma segunda corrente aceita a necessidade de política industrial, mas sustenta que esta não deve ir além de medidas "horizontais", no sentido de beneficiar igualmente todos os setores. Terceira corrente propõe medidas específicas para setores previamente escolhidos. Ações como as que viabilizaram a EMBRAER são valorizadas e se considera potencialmente importante a média e pequena empresa, sobretudo dentro do modelo de Arranjos Produtivos Locais. Qual dessas colocações é a correta?

O atual Governo aprovou programa intitulado Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior. Julga ter sido ela bem sucedida? Ou deve ser modificada, ampliada ou substituída?

Capital Estrangeiro

O capital estrangeiro pode ser considerado de duas perspectivas bastante distintas: como fundos financeiros, de diferentes modalidades, que ingressam no país e como investimentos diretos destinados a criar empresas multinacionais.

Do primeiro ponto de vista, a questão preliminar a ser levantada refere-se à importância do capital estrangeiro na complementação da poupança nacional. Segundo certos analistas, ele é essencial diante da dificuldade de gerar, em países subdesenvolvidos, poupanças no montante requerido para se obter taxas aceleradas de crescimento. No caso especial brasileiro, se

assinala que o Poder Público perdeu a capacidade de poupar, vendo-se, inclusive, obrigado a lançar as Parcerias Público-Privadas como única forma de atender aos investimentos em infra-estrutura.

Afirmam outros, em sentido oposto, e com base na experiência dos países do Leste da Ásia, que uma vez adotada estratégia correta de desenvolvimento, as poupanças se elevam espontaneamente. Nos países daquela região estas chegam a 30% do PIB, sem que isso possa ser atribuído a qualquer política econômica específica. Argumentam, porém, os defensores da importância do capital estrangeiro que sua contribuição não se faz apenas em termos de poupança, mas também de tecnologia e divisas.

Tomada de posição nesse debate é importante, não só para definir as linhas básicas de nova política de desenvolvimento, como também para determinar até que ponto somos obrigados, para atrair poupança externa, a nos curvar às injunções de fornecedores externos de capital e de organizações internacionais por eles controladas.

Problema específico a ser considerado é o da entrada e saída de capital especulativo de curto prazo. Será necessário manter a situação presente de total liberdade de movimentação, aceitando-se o risco de crises cambiais decorrentes de sua súbita retirada? Ou se deverá implantar algum tipo de controle?

Com respeito às empresas multinacionais temos, antes de mais nada, a opinião mencionada anteriormente de que, no âmbito do atual processo de globalização, elas passaram a comandar a economia, nada se podendo fazer a respeito. No extremo oposto, temos a opinião dos que defendem a tese de que, em nova política de desenvolvimento para o Brasil, o papel dominante deverá caber à empresa de controle nacional. Não só porque ela tem acesso irrestrito aos grandes mercados mundiais, mas também por nos conferir independência tecnológica, capacidade de decisões autônomas e de fazer alianças de interesse para o país. Isso implicaria na necessidade de que, gradualmente, também elas se tornem multinacionais.

Tomada de posição com respeito a essa divergência será fundamental na formulação de nova política de desenvolvimento para o Brasil.

Educação

Nos bem sucedidos países do Leste da Ásia, a educação registra níveis extremamente elevados (tanto quantitativa, quanto qualitativamente) o que gerou no Brasil corrente de opinião segundo a qual a base de qualquer política de desenvolvimento se acha nos investimentos em educação. Alegam, todavia, outros que os elevados níveis educacionais daquela região constituem efeito e não causa das políticas de desenvolvimento. Segundo eles, insuficientes resultados dos investimentos no setor, obtidos no Brasil, teriam como uma de suas causas o fato de que, na situação de semi-estagnação econômica vigente no país, melhor preparação intelectual não garante emprego, o que desmotiva os alunos.

No mesmo sentido se contesta o significado de recentes programas governamentais cujo objetivo é multiplicar o número de vagas no ensino superior. A maior oferta de profissionais qualificados em nada contribuirá para arrancar o país da semi-estagnação. E, na falta de demanda para absorvê-los, o programa governamental somente gerará grandes frustrações. Esse constitui outro aspecto a ser examinado pelos candidatos à Presidência, a fim de que a política educacional seja corretamente inserida nos programas de desenvolvimento.

MODELOS DE DESENVOLVIMENTO E DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS

Nos anos cinqüenta e sessenta do século passado, chegou-se a discutir seriamente se a correção dos desequilíbrios regionais não deveria ser postergada, até que o desenvolvimento global do país estivesse suficientemente avançado. Hoje, contudo, já não se discute o fato de que políticas de desenvolvimento global e regional devem ser implementadas concomitantemente. Tomadas de posição sobre alguns pontos específicos devem, no entanto, ser exigidas dos candidatos. Entre os quais os seguintes.

No Brasil duas regiões são usualmente classificadas como subdesenvolvidas: o Nordeste e a Amazônia recebendo, inclusive, exatamente o mesmo tipo de apoio da esfera federal. Alguns

analistas sugerem, contudo, que, a rigor, somente o Nordeste é subdesenvolvido, sendo a Amazônia uma "fronteira de recursos", tal como foram no passado Paraná e Santa Catarina e, presentemente, o Centro Oeste. Nesse caso, o simples deslocamento da fronteira econômica do país garante o desenvolvimento da região, não sendo necessário da esfera federal mais do que a garantia de infra-estrutura adequada e apoio financeiro às atividades produtivas espontaneamente instaladas na área.

A pergunta é se tal diferenciação é aceitável e, no caso de se considerar a Amazônia fronteira de recursos, será correto, diante da fragilidade ambiental da área, deixar que o atual modelo de desenvolvimento do Centro Oeste abranja gradualmente a região? Ou se faz necessário definir política especial para ela, que combine desenvolvimento com preservação do meio ambiente?

No período recente as duas regiões do Brasil consideradas subdesenvolvidas têm registrado incremento do PIB em ritmo superior à média brasileira. Pode-se, com isso, aceitar que o problema do subdesenvolvimento regional está sendo espontaneamente resolvido? Ou será correta a interpretação de que o crescimento mais rápido das duas regiões resulta de que as atividades econômicas dinâmicas, mais afetadas pela recessão, se situam fora delas? Ou seja, do momento que o país voltar a crescer aceleradamente a vantagem do Nordeste desaparecerá, donde a necessidade de se manter as políticas de desenvolvimento regional?

Nos anos recentes foram implementadas políticas visando reduzir a concentração de renda inter-classes como, a bolsa-família. As regiões subdesenvolvidas do país, que concentram os maiores bolsões de pobreza, se tornaram as principais beneficiadas. Será, em função disso, lícito supor que tal tipo de programa é capaz de substituir as políticas de desenvolvimento regional? Ou seria mais correto afirmar que a concentração de renda inter-classes e inter-regional obedecem a mecanismos diferentes devendo, portanto, ser objeto de medidas corretoras específicas?

Deve-se esperar dos candidatos tomadas de posição sobre esses temas.

Conclusão

Não se pretende que os candidatos à Presidência ofereçam resposta específica sobre cada um dos tópicos acima apresentados. O importante é que apresentem ao eleitorado proposta de modelo de desenvolvimento (na qual os pontos acima referidos não poderão deixar de ser tocados), capaz de arrancar o Brasil da lamentável situação de ser possivelmente, o único país com reconhecidas potencialidades de desenvolvimento, que continua mergulhado na semi-estagnação.

O que se deseja evitar é, a exemplo do acontecido nas eleições passadas, que todos os candidatos (inclusive o oficial) ataquem duramente a política econômica sem, contudo, apresentar alternativa. Com o resultado de que nada mudou com o novo Governo.

O que não se quer é a permanência da situação presente, na qual as duras críticas de setores responsáveis à atual política econômica são ignoradas, com base na visão "curtoprazista" que só se preocupa com a inflação e balanço de pagamentos, ignorando o fato de o incremento anual do PIB não atender ao requisito mínimo de proporcionar emprego à mão-de-obra nova que se apresenta ao mercado.

O que se procura evitar é que, em conseqüência de uma terceira "década perdida", o país mergulhe no caos econômico e social, que já se prenuncia nas grandes regiões metropolitanas brasileiras, com a proliferação de sub-moradias, multiplicação dos moradores de rua, rápido aumento da criminalidade e explosão da economia informal.

O que se objetiva, em última análise, é aproveitar os debates da campanha presidencial para dar um primeiro passo no sentido da modificação desse grave e preocupante estado de coisas.